

LEI Nº 316//2009

Organiza o Sistema Municipal de Ensino do Município de Sítio Novo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sítio Novo, no uso de suas atribuições legais submete à apreciação da Câmara Municipal de Sítio Novo, o presente Projeto de Lei, conforme segue:

Título I

Da Educação Municipal

Art. 1º - Organiza o Sistema Municipal de Ensino do Município de SÍTIO NOVO - MA, em conformidade com a Constituição Federal, Art. 211 e a Lei Federal nº. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Título II

Dos Princípios da Educação

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática de Ensino Público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Título III

Do Sistema Municipal de Ensino

Capítulo I

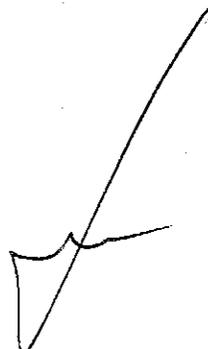
Da Estruturação, Organização e Composição

Art. 4º - O Sistema Municipal de Ensino do município de Sítio Novo compreende:

- I – as instituições do ensino fundamental e de educação infantil mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III – a Secretaria Municipal de Educação;
- IV – O Conselho Municipal de Educação;
- V – o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
- VI – o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
- VII – Conselhos e Colegiados Escolares.
- VII- Instituições de Ensino da rede privada, conveniadas com o poder público municipal.

Capítulo II

Da Secretaria Municipal de Educação



Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação é o órgão da Administração Municipal que, além das atribuições conferidas em legislação própria, possui as seguintes atribuições:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino;

II – exercer a ação redistributiva em relação a suas escolas, considerando suas propostas e seus projetos pedagógicos, seus planos de atividades e seus regimentos;

III – supervisionar os estabelecimentos do seu Sistema de Ensino;

IV – oferecer à educação infantil e, com prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do Ensino;

V – velar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino;

VI – orientar e supervisionar as instituições privadas integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

VII – elaborar, executar e avaliar o Plano Municipal de Educação, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal da Educação;

VIII – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.

Capítulo III

Do Conselho Municipal de Educação

Art. 6º - O Conselho Municipal de Educação é o órgão normativo, consultivo, propositivo, fiscalizador e deliberativo na área da educação do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 7º - São competências do Conselho Municipal de Educação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA



- I – baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;
- II – autorizar séries, validar estudos, ciclos, cursos, exames da Educação de Jovens e Adultos e outros;
- III – analisar, aprovar, cadastrar e arquivar os regimentos escolares, das Escolas do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e outras modalidades;
- IV – credenciar e autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;
- V – fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;
- VI – manifestar-se sobre assuntos de natureza educacional que lhe forem submetidas pelo Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Educação, e pelos organismos e/ou entidades que integram o Sistema Municipal de Ensino;
- VII – propor medidas que visem à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino;
- VIII – manter intercâmbio com outros Conselhos de Educação;
- IX – participar, acompanhar e aprovar o Plano Municipal de Educação;
- X – elaborar e reformular seu Regimento Interno que será homologado pelo Poder Executivo Municipal;
- XI – participar do Conselho do FUNDEB;
- XII – emitir ato declaratório de cessação da oferta de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental e de suas modalidades e correspondente descredenciamento da instituição de ensino;
- XIII – Solicitar assessoramento técnico que julgar necessário ao Poder Executivo;
- XIV – Exercer atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação;
- XV – exercer outras atribuições previstas em lei ou que lhe forem conferidas.

Capítulo IV

Dos Estabelecimentos de Ensino

Art. 8º - O Sistema Municipal de Ensino assegurará às unidades escolares públicas de educação básica que o integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 9º - Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diploma ou certificado de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Das Incumbências

Capítulo V

Dos Demais Conselhos

Art. 10 - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB têm o seu funcionamento regulamentado em legislação específica.

Título IV

Da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal

Art. 11 - A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal dar-se-á conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Título V

Dos Profissionais da Educação na Rede Pública Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA



Art. 12 - Integram o quadro de profissionais da educação do Sistema Municipal de Ensino do Município de Sítio Novo, os membros do magistério que exercem atividades docentes ou dão suporte pedagógico ao Sistema e os que atuam na Secretaria Municipal de Educação, bem como os servidores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 13 - A formação exigida para os profissionais da educação será de acordo com a legislação vigente.

Art. 14 - O Município promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I – ingresso por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho;
- V – período reservado para estudos, planejamento e avaliação;
- VI – condições adequadas de trabalho.

Título VI

Das Disposições Gerais

Art. 15 - O Sistema Municipal de Ensino obedecerá às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, expressas na Lei Federal nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 e as Diretrizes Curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação.

Art. 16 - A administração municipal deverá promover os recursos físicos, materiais e os recursos humanos necessários ao corpo técnico e administrativo de apoio ao Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Enquanto não contar com o próprio corpo técnico e administrativo de apoio necessário ao atendimento de seus serviços, o Conselho

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA



Municipal de Educação do município de Sitio Novo contará com a estrutura administrativa do município.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO, ESTADO DO MARANHÃO, em 11 de dezembro de 2009.

Carlos Jansen Mota Sousa
CARLOS JANSEN MOTA SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL

